



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

ÁREA TEMÁTICA: Sexualidade e Género [ST]

GISELA FEZ AMOR NA NOITE DO 25 DE ABRIL DE 1974

FREIRE, Isabel

Doutoranda em Sociologia

Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais

ana.freire@ics.ul.pt

Resumo

Gisela, uma adolescente de 15 anos, escreve para a revista *Modas & Bordados (M&B)* em maio de 1975, contando que fez a sua iniciação sexual na noite da Revolução dos Cravos, no ano anterior. Esta narrativa autobiográfica que faz coincidir liberdade política com emancipação sexual, gera inflamada discussão mediática. Ao longo de 17 meses, as leitoras do *M&B* (suplemento do jornal *O Século*) apoiam e criticam, enaltecem e censuram a autora do ‘manifesto’. Nos comentários à carta de Gisela, disserta-se sobre como devem os jovens e as mulheres viver a sua intimidade, discute-se a legitimidade do sexo pré-conjugal e o sentido do “amor livre”.

As vivências da sexualidade nas décadas de 1960 e 1970 em Portugal mereceram até ao momento insuficiente atenção das ciências sociais. Os estudos sobre mulheres e feminismos deram contributos assinaláveis para a sua compreensão, mas continua por estudar a intimidade afetivo-sexual neste período da história portuguesa recente.

A análise de conteúdo qualitativa do caso Gisela permite-nos conhecer representações da intimidade afetivo sexual que despontam/ímergem em Portugal no conturbado período de transição da ditadura para a democracia.

Abstract

Gisela, a Portuguese 15-year-old teenager, writes to *Modas & Bordados* on May 1975, recalling her first sexual intercourse on the night of the Portuguese Carnation Revolution, the year before.

This autobiographical narrative correlating political and sexual emancipation generates an inflamed discussion in the feminine Portuguese publication, a supplement of the newspaper *O Século*. During 17 months, the readers of *M&B* supported and criticized, praised and blamed Gisela, the author of this manifest. Those commentaries sent to the newsroom of *M&B* discuss pre-marital sex and ‘free love’, as well as the way women and youth should live their intimacy.

Sexualities in the sixties and seventies in Portugal is still an issue to be researched by the social sciences, despite the contributions of women’s studies and feminisms to its comprehension. This qualitative content analyse of Gisela’s case in *M&B* allows us to understand representations of affective and sexual intimacy emerging in Portugal in the transition from dictatorship to democracy.

Palavras-chave: “Revolução sexual; Revolução dos Cravos; Virgindade; Sexo pré-conjugal; Amor livre; Educação sexual”

Keywords: “Sexual revolution; Carnation revolution; Virginity; Pre-marital sex; Free love; Sexual education”

Um ano após a Revolução dos Cravos de 1974, chega à redação da revista *Modas & Bordados* (suplemento do jornal *O Século*) uma carta anónima. A autora da narrativa autobiográfica – Gisela, 15 anos – revela detalhes da sua iniciação sexual, que tem lugar no dia em que o Movimento das Forças Armadas põe fim à longa ditadura portuguesa do Estado Novo. Intitulada “*Fiz amor na noite do 25 de Abril*”, a carta é publicada na secção *Esta é a minha história*, da publicação *Modas & Bordados (M&B)* de 14 de Maio de 1975.

Ao longo de ano e meio chegam à redação da *M&B* cartas de leitoras apoiando e censurando o gesto da «menina-mulher», que além de «fazer amor até ao fim», ousa afirmá-lo numa revista de «senhoras». Leitoras de diferentes idades, com mais e menos instrução, melhores e piores condições económicas e sociais, escrevem a pretexto da confissão da adolescente, mas dissertam sobre o passado, o presente e o futuro da intimidade afetivo-sexual em Portugal. Como devem as jovens viver a sua sexualidade? A discussão pública da sexualidade é moralmente (im)própria? A liberalização dos costumes sexuais é revelante para a construção de um país democrático? Estas são algumas das interrogações-chave das leitoras e comentadoras da carta da adolescente, publicadas em 32 edições da *M&B*.

Não existe naquilo que se torna o *Dossier Gisela* nenhuma abordagem jornalística. A redação deixa que a polémica se desenvolva numa lógica exclusiva de envolvimento de leitoras. O agendamento é portanto mediático, mas a discussão é pública.

A história de Gisela (...) suscitou ampla polémica entre as leitoras. A história transformou-se num caso e o caso num *dossier*. ‘*Dossier*’ Gisela. Composto por muitas e muitas cartas de leitoras (...). Durante estes meses Gisela esteve no banco dos réus. A revista foi ultrapassada pelo desencadear deste processo, já que não nos moveu nenhum intuito sensacionalista com a publicação dessa história (*M&B*, 1975, 3317, p. 6).

Segundo Maria Antónia Fiadeiroⁱ (à data chefe de redação da revista *M&B*), todos os comentários ao caso Gisela foram publicados na secção *A palavra às leitoras*. Apenas três das cartasⁱⁱ recebidas, mais extensas e elaboradas, tiveram publicação individualizada em jeito de artigo. Partiam da história da adolescente, mas pensavam a sexualidade num contexto mais amplo (cultural, moral e religioso). Vinham ao encontro das pretensões da revista, que buscava colaboradoras nas leitoras, e conteúdos editoriais nos seus escritos. Maria Antónia Fiadeiro detalha:

As colaborações refletem a opinião da leitora e não necessariamente da revista. (...) Pretendemos assim assegurar às leitoras que estabelecem contacto connosco a possibilidade de usarem toda a revista como uma tribuna, fomentando o debate, o esclarecimento, a consciência da situação e o papel da mulher na sociedade (*M&B*, 1975, 3319, p. 2).

O presente ensaio inscreve-se numa investigação da intimidade afetivo-sexual em Portugal entre 1968 e 1978, para a qual foi traçada uma análise de conteúdo (quantitativa e qualitativa) de quatro publicações: *Expresso*, *Diário de Lisboa*, *Modas & Bordados* e *Crónica Feminina*. Na mancha dos 1500 artigos que constituem a amostra para análise quantitativaⁱⁱⁱ, o *Dossier Gisela* destaca-se pelo assunto em foco (sexualidade pré-conjugal) e pela controvérsia gerada, sendo por isso constituído *case study* de análise qualitativa. A carta da adolescente e as dezenas de comentários subsequentes permitem-nos aceder a conceitos, representações e modelos da moral sexual que se afirma no Portugal pós-25 de abril de 1974.

1. Gisela solta a palavra

Que aspetos biográficos salienta Gisela na sua carta? Nasce em 1960 no seio de uma família «burguesa», «apolítica», católica, e num contexto conjugal de infelicidade e discórdia. Faz o ensino primário num colégio de freiras. Assume-se rebelde e corajosa, defensora inveterada da justiça. Aos 12 anos encanta-se por um primo socialista (quatro anos mais velho), que é preso pela DGS (Direção-Geral de Segurança) por contestação ao regime Marcelista. Depois de um ano na prisão de Caxias, é libertado, mas ignorado pela família. Gisela encanta-se com o seu heroísmo. Encontram-se às escondidas, desenvolvem uma relação afetiva e seis meses depois o primo propõe-lhe que tenham relações sexuais. Apesar de se considerar liberal, Gisela precisa de tempo. Quer ter certeza absoluta do amor que sente e necessita desprender-se dos

ensinamentos morais maternos, sexualmente conservadores. O momento esperado chega com o 25 de Abril de 1974. Na noite da euforia revolucionária, a jovem de 14 anos e o seu primo de 18 fazem amor «até ao fim».

[O meu primo] estava esfuziante, parecia doido, pulava, ria, gritava! Segui-o por toda a parte, ele contagiava-me, ofereci flores aos soldados, juntei a minha voz à do povo. E não sei o que nos levou a fazê-lo [ato sexual], talvez a sensação de liberdade (*M&B*, 1975, 3300, p. 3).

Quando descreve o acontecimento para a revista *M&B*, a adolescente já tem planos para o futuro. O casamento está fora de questão. Quer viver em coabitação com o primo, ser mãe, trabalhar de dia e estudar à noite. Termina o depoimento dizendo que nunca desistirá de lutar pela sua liberdade e do seu país: quer «ajudar Portugal seja como for» (*M&B*, 1975, 3300, p. 3).

De acordo com Tavares (2000, 25), o fim da ditadura terá permitido às mulheres portuguesas soltarem a palavra. A carta de Gisela e os comentários femininos que lhe seguem, soltam efetivamente a palavra feminina em torno da vida íntima, ‘contra-dizendo’ a política de «interdição», «inexistência» e «mutismo» (Foucault, 1994 [1976], 11) a que haviam sido votados os afetos-sexuais ao longo do Estado Novo Salazarista e do Estado Social Marcelista.

No *Dossier Gisela* afirmam-se sobretudo três discursividades (Foucault, 1994) controversas relativamente ao modelo afetivo-sexual do Estado Novo:

- As mulheres podem experienciar a sua sexualidade antes do matrimónio, de forma autodeterminada, independente da tutela parental, familiar e religiosa;
- A perda da virgindade é um ganho, um gesto de coragem e de orgulho;
- O sexo com amor (mesmo sem propósitos reprodutivos) é um momento de alegria e celebração;

A construção identitária de cada cidadão – independentemente do sexo e da idade – afirma-se de enorme importância ao longo do *Dossier Gisela*. Quem somos, o que queremos sexualmente, e que liberdade dispomos no processo de busca e definição da nossa identidade? Na carta da adolescente e em muitos comentários da leitoras, desvaloriza-se o papel das instituições na determinação de escolhas íntimas. A decisão é agora individual, implicando coragem, confiança e determinação para enfrentar dogmas enraizados, nomeadamente o religioso. Vejamos como Gisela personifica essa rebeldia contra a determinação institucional na construção identitária de cada cidadão.

Um belo dia descobri que estava para chegar um irmão! Eu tinha 7 anos. (...) Nasceu no fim das férias e quando voltei ao colégio as freiras disseram-me que ele tinha morrido por vontade de Deus. A minha reacção imediata foi gritar que odiava Deus, que ele era mau, que o meu irmão nunca lhe tinha feito mal e que eu nunca mais rezava. E não rezei! Obrigaram-me a ir à missa o que me revoltava ainda mais. Quando já tinha 9 anos acabei de receber a hóstia, saí da igreja e cuspi-a na rua (*M&B*, 1975, 3300, p. 3).

Gisela, a «menina-mulher» como algumas leitoras a designam, pensa e decide por si. Cedo rejeita as organizações religiosas, protestando pelo modo como a forçam a sentir uma devoção que já não possui. Aos pais, que vivem um casamento de fachada em que reina a discórdia, deixa de reconhecer legitimidade para orientar a sua vida afetiva e sexual. Com apenas 15 anos escreve um manifesto autobiográfico centrado na emancipação sexual, e fá-lo publicar numa revista. Traz para a discussão do espaço mediático as suas opções pessoais polémicas. Afirma-as publicamente. Expõe a sua construção identitária em curso. E projeta-se no futuro, o seu e o do país, também em processo de afirmação e construção identitária, política e social. Em Gisela, «a sexualidade funciona como um elemento maleável do *self*, um ponto de ligação essencial entre corpo, auto-identidade e normas sociais» (Giddens, 2001, 11).

Como Giddens sublinha (2001, 128) «a emancipação sexual pode ser o meio para uma reorganização mais vasta da vida social», devendo ser compreendida como uma «possibilidade de *democratização radical* do plano pessoal» (idem).

(...) aquilo que agora se manifesta é a procura de uma sexualidade à medida dos homens e mulheres livres que hoje somos (*M&B*, 1975, 3317, p. 3).

Na carta-‘manifesto’ de Gisela o que está em jogo não é apenas a emancipação sexual, mas sim uma reivindicação política e social mais alargada.

Como Pais (*in press*) refere, a liberdade política da Revolução dos Cravos coincide com tempos de liberdade sexual, promovendo uma discussão dos valores sociais que envolvem a sexualidade, à luz de possíveis descontinuidades geracionais.

Nos anos 1960, em Portugal, o mundo dos jovens começa a dar mostras de crescente autonomia. Trata-se da «afirmação vitoriosa de uma fase da vida ainda recente no transcurso da história» (Bebiano, 2003, 12).

A juventude deixa de ser vista – e de se ver a si própria – como uma amálgama de sujeitos em processo inacabado de integração social, para passar a agir, pensar e sentir segundo modalidades próprias, disseminadas pelos mais variados âmbitos da política e da cultura» (Cardina, 2008a, 98).

A adolescente que fez amor na noite do 25 de Abril, consciente, determinada e rebelde, reflete essa luta identitária juvenil, mas também feminina. Ao longo do *Dossier Gisela* salienta-se a importância das mulheres rejeitarem as diferenças de género ao nível relacional, reivindicando lógicas de partilha e companheirismo (em vez de subalternidade) na intimidade afetiva e sexual.

2. Agendamento mediático da intimidade

Até à Revolução do 25 Abril de 1974, a liberdade de agendamento mediática em Portugal estava fortemente limitada pela censura ou Exame Prévio (terminologia adotada a partir do regime de Marcelo Caetano). As notícias sobre a intimidade – sobretudo se tendencialmente liberalizantes da moral afetivo-sexual promovida pelo Estado Novo – corriam sérios riscos de cortes, parciais ou integrais.

Em 2009, o *Expresso* publica um caderno sobre “*O que a Censura Cortou*” das páginas do semanário entre a sua criação (janeiro de 1973) e a Revolução dos Cravos (Abril de 1974). Tanto em material noticioso como literário, o tema afetivo-sexual estava sob vigilância dos censores. Veja-se o que foi banido do conto “Infidelidade, pulseiras e agência de viagens” de Luísa Dacosta:

Há prazeres que uma mulher casada, casada e séria, entenda-se, só experimenta pelo picantezinho das aventuras do marido. (...) Um homem sem experiência, embora eles não venham em primeira mão [virgens], está verde, é um pãozinho sem sal, mas com o tempo, com o tempo, habituam-se a certos requintes, a outros consolos e não passam sem eles, experimentam-nos com a mulher (na cama e às escuras somos todas iguais) e nós não perdemos a nossa dignidade e podemos ainda exigir uma reparação pelas ofensas... (*Expresso*, edição nº 3, 20.01.1973, p. 24).

No artigo “As rotinas dos casais”, que noticiava conclusões de um inquérito sobre o casamento dos portugueses, dois itens foram banidos pelo Exame Prévio, um sobre nudez, outro sobre o ato sexual. Como explica José Pedro Castanheira, editor d’ “*O que a Censura cortou*”, o item sobre relações extraconjugais escapou ao corte:

Os itens iniciais eram 15 e iam desde a forma como se revestiu o pedido de casamento até ao local da lua-de-mel, passando pelo número de filhos, as férias e as ligações extraconjugais. Guardião da moral nacional, o Exame Prévio cortou dois itens e as respectivas respostas: “Como dormem” e “Frequência” (das relações sexuais, entenda-se). Quanto à primeira, ficava-se a saber que, entre as ditas elites, ele e ela dormiam nus. E que entre os quadros superiores fazia-se amor “Duas vezes por semana e domingo à tarde se não têm nada ‘para fazer’” (*Expresso*, edição nº 3, 20.01.1973, p. 22).

A tesoura do Exame Prévio recortou ainda no ano de 1973 partes de uma notícia sobre *O Último Tango em Paris*^{iv}, de um artigo sobre o aborto em França^v, as «cenas de amor vibrante» num conto de Luís Cajão (“A Flor e a Nuvem”)^{vi}, sugestões de leitura de Wilhelm Reich numa peça sobre educação sexual^{vii} e os nomes das testemunhas abonatórias das três Marias, autoras das *Novas Cartas Portuguesas*, no seu julgamento por atentado à moral pública^{viii}.

Em certos países europeus como a Alemanha, a França e a Inglaterra, entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970, o tema da sexualidade irrompe de forma avassaladora pelos *media* (Jaspard, 1997),

contribuindo significativamente para a reformulação de normas oficiais (Herzog, 2005). Em Portugal o ‘come out’ mediático da intimidade afetivo-sexual está limitado pelo Exame Prévio, mas não só. Na sociedade portuguesa de finais dos anos 1960 eram ainda pontuais e contextuais os focos de reflexão, debate e crítica ao modelo de vivência da intimidade defendido pelo Estado, que fomentava de braço dado com a Igreja uma sexualidade de vocação heterossexual, monogâmica, conjugal e reprodutiva, ainda que aos homens tolerasse uma sexualidade pré e extraconjugal, propedêutica e lúdica.

Citando Arthur Marwick, Herzog (2006, 167) refere que nos anos 1960, as novas visões em matéria de costumes sexuais se iniciaram primeiramente em subgrupos para depois, à medida que diminuía as pressões da comunidade, da família e dos pares, se estenderem à sociedade em geral.

Segundo Pais (in press), os movimentos juvenis portugueses que partilhavam as ideias do Maio de 1968 terão provavelmente minado a ordem ideológica e discursiva severamente repressiva da sexualidade, que o Estado Novo promoveu.

Muito embora esteja ainda praticamente por estudar a forma como a sociedade portuguesa encara e vive a intimidade afetivo-sexual nas décadas de 1960 e 1970, há sinais de que nas faixas etárias mais jovens (nomeadamente universitárias) se encarava a sexualidade de forma tendencialmente mais liberal, bem como em meios socioculturais privilegiados (nomeadamente intelectuais e artísticos), com acesso facilitado ao que se passava lá fora, em países como os EUA, a França e a Inglaterra. Estes seriam dois contextos portugueses permeáveis à discussão do «casamento-instituição» e das novas configurações afetivo-sexuais ensaiadas já em países do ocidente por movimentos juvenis, de contracultura, de reivindicação feminista e homossexual.

António Alçada Baptista, fundador da Moraes (editora que publica no Estado Novo inúmeros livros polémicos do ponto de vista da afetividade e da sexualidade), foi também editor da revista *O Tempo e o Modo*, e responsável por dois dos seus cadernos polémicos: “*Casamento*” e “*Deus, o que é?*”. Ambos são publicados em 1968 e ambos a censura se apressa a proibir. Na nota de abertura do primeiro, escreve-se que a luta contra a ordem [política] estabelecida passa pela luta contra os costumes. Alçada Baptista reforça a importância da contestação no artigo “*Reflexões sobre o casamento*”:

Não consigo esconder que gosto de pensar sobre coisas em ‘crise’. Normalmente, aquilo a que se chama crise é a manifestação do dinamismo interior das coisas que as pessoas imaginaram paradas (*O Tempo e o Modo, Casamento*, 1968, p. 10).

O caderno d’*O Tempo e o Modo* sobre o casamento é um exemplo da atenção dos chamados católicos progressistas às questões que dinamizavam a dita “revolução sexual”. Num capítulo intitulado “Inquérito”, diversas figuras de referência (advogados, engenheiros, professores, psicanalistas, filósofos, jornalistas, sacerdotes, teólogos e vários escritores) discutem o sentido do casamento, da parentalidade, da fidelidade, do divórcio e da liberdade sexual. Fala-se de experiências sexuais pré-matrimoniais, de sexo entre pessoas solteiras, dos limites para exploração erótico-sexual dentro da conjugalidade, de liberdade sexual como liberdade política, da igualdade de direitos entre homem e mulher ao nível da vivência dos afetos e dos prazeres, e de uma sexualidade que não se esgota na função reprodutiva. Vejamos três excertos ilustrativos:

As experiências pré-matrimoniais existem *sempre* no sentido lato. Que não sejam concretizadas em relações sexuais completas, depende de vários factores internos (ansiedade, medo, preconceito) ou externos (dificuldades de tempo, local ou oportunidades). Pessoalmente eu sou partidário das experiências pré-matrimoniais completas. Penso que por vezes podem proteger contra erros no ajuizamento dos temperamentos e podem materializar uma mais verdadeira relação íntima (excerto do depoimento de Francisco Alvim, capítulo “Inquérito”, Caderno *Casamento, O Tempo e o Modo*, 1968, p. 153).

Homens mais livres também significa homens sexualmente mais livres e sexualmente mais sãos. E como de pequenino se torce o pepino isso implica uma radical modificação da educação sexual começando na infância, prolongando-se pela adolescência e juventude. Implica a substituição de uma moral sexofóbica por uma moral afirmadora do sexo (excerto do depoimento de Laura Larcher Graça, capítulo “Inquérito”, Caderno *Casamento, O Tempo e o Modo*, 1968, p. 168).

(...) um homem só é livre quando a mulher o for também. (...) Hoje, 1968, um filho é finalmente uma continuação voluntária do amor, não uma consequência biológica (excerto do depoimento de José Cardoso Pires, Caderno *Casamento, O Tempo e o Modo*, 1968, p. 163).

Pacheco (2000, 182) fala da existência de um padrão de «significativa permissividade sexual» no nosso país, antes ainda da Revolução dos Cravos e Vaz (1987, 182) defende que nos finais dos anos 1960 termos como “amor livre” e “revolução sexual” dominavam já «os discursos académicos», «as discussões conjugais de uma geração» e as «parangonas dos jornais». Apesar disso, seria necessário o golpe revolucionário do 25 de Abril de 1974 para emergir um processo de clara liberalização da moral sexual, marcado por uma nova sensibilidade erótica (Pais, 2011, 446).

In a village tavern in northern Portugal, I remember an elderly man, smiling and spitting on to the floor, inveighing against the ‘mouth-to-mouth’ kissing in one of the scenes. A few days later, in the same cafe, the same man was happily bragging of having tried out this outlandish practice, despite having had to overcome the resistance of his no less elderly wife (Pais, 2011, 446).

Pais (*in press*) defende que para ambos os sexos, a sociedade portuguesa do pós-25 de Abril de 1974 se afasta de um tempo em que o padrão é a sexualidade utilitária, e em que o erotismo lúdico é visto como perversão. Para Policarpo (2011, 80) a Revolução dos Cravos traz a Portugal «tempos de intensa politização da esfera privada», com os *media* a assumirem «um importante papel educativo» no que respeita à sexualidade.

Analisando a imprensa escrita (*Expresso, Diário de Lisboa, Crónica Feminina e Modas & Bordados*) entre 1968 e 1978^{ix}, verificámos que a partir da Revolução do 25 de Abril de 1974 as abordagens mediáticas da intimidade afetivo-sexual crescem muito significativamente. Temas como o aborto, a contraceção, o sexo pré-conjugal, as práticas/comportamentos sexuais e a emancipação feminina revelam um agendamento crescente ao longo da década referida. O aborto regista a maior subida: de 1968 até 24 de Abril de 1974^x representa 3% do total das peças sobre intimidade afetivo-sexual publicadas nas quatro publicações, e de 1975 em diante esse valor sobe para 14%. A contraceção e a sexualidade pré-conjugal seguem-lhe os passos, aumentando, respetivamente, 11 e 9 pontos percentuais entre o período que antecede a Revolução dos Cravos e o último período (de 1975 em diante).

3. Emancipação sexual e política

Em 1978, numa entrevista cedida ao *Expresso* (edição nº 291, de 27.05.1978), Eugénio de Andrade reflete sobre a liberalização dos costumes ao nível afetivo e sexual no nosso país. O poeta defende que à época, nada se havia feito ainda pela libertação sexual. O machismo escandaloso e a intolerância à homossexualidade persistiam na sociedade portuguesa. Segundo Eugénio de Andrade as gerações mais jovens eram mais liberais e francas na maneira de encarar as vivências íntimas, mas essa atitude não decorria da Revolução dos Cravos. Os jovens já tinham valores mais liberais antes de Abril de 1974.

O que pensava o sucessor de Salazar, ex-reitor e ex-comissário nacional da Mocidade Portuguesa, acerca das perspetivas morais liberalizantes defendidas e vividas por alguns jovens no final da década de 1960? No artigo “*Juventude de Hoje, Juventude de Sempre*”, Marcelo Caetano (1967: 5) critica as mentalidades da «gente nova», «cada vez mais emancipada de convenções sociais, de leis morais e de limitações religiosas». Diz que se perdeu o recato do corpo entre os jovens. E que certas questões outrora consideradas tabus passaram a ser discutidas entre rapazes e raparigas, com enorme realismo, escandalizando os mais velhos.

Caetano usa expressões como “desmandos”, “inconformismo”, “rebeldia”, “crise da juventude”, salientando que estes são fenómenos mais atenuados em Portugal do que noutras partes do mundo. Critica a «masculinização das raparigas» e a «androgenização dos rapazes», bem como uma nova forma de entender, discutir e experienciar o corpo, tendente a reduzir ao mínimo os constrangimentos para evitar complexos futuros.

Os instintos não devem mais dominar-se. A noção tradicional do pecado perde a sua rigidez e já não intimida as próprias almas crentes. Certa literatura de edificação compraz-se em mostrar como o vício pode ser o caminho traçado por Deus para a salvação das almas (Caetano, 1967, 13).

Entre 1968 e a primeira metade dos anos 1970, há nos *media* analisados (*Expresso*, *Diário de Lisboa*, *Crónica Feminina* e *Modas & Bordados*) diversas coberturas jornalísticas dos problemas e atitudes das gerações mais jovens: conflitos na relação com os pais, crises da adolescência, consumo de drogas, sexualidade, entre outros. Retrata-se uma juventude que à semelhança de Gisela tem relações sexuais antes do casamento, num quadro de amor e fidelidade.

A revolta da juventude, nos últimos tempos, lembra um tanto a dos operários no início da era industrial. (...) protestam desesperadamente contra uma sociedade repressiva e burocrática cujos valores recusam. (...) Drogam-se, fazem amor numa idade em que nós, adultos, não fazíamos mais do que sonhar vagamente com ‘desejos proibidos’ (*M&B*, 1975, 3294, p. 2).

Tenhamos também a coragem de aceitar a ideia que hoje em dia e cada vez em maior número, rapazes e raparigas praticam uma liberdade sexual. E eles terão, também, de ter a sua moral, que eu entendo deva ser, a de uma cada vez maior responsabilidade pessoal, ante os actos que se praticam e a de um maior respeito de uns pelos outros (*M&B*, 1976, 3346, p. 2).

No *Dossier Gisela* são frequentes as referências a uma «moral de hoje» (também chamada «moral de futuro» ou «moral do ano 2000»), e a uma moral do passado (designada por “burguesa”), que as leitoras mais liberais acusam de hipócrita, conformista e tacanha, constituindo-se como entrave à construção de um país novo.

Leitoras mais conservadoras alertam para a necessidade de discernir entre liberdade política (em si benéfica) e fim do pudor (em si prejudicial), argumentando que Gisela confundiu a liberdade dos povos (assunto público) com a sua liberdade afetivo-sexual (assunto privado) e que nenhum partido formado no Portugal do pós-revolução dos Cravos aprovaria a euforia sexual com que a jovem tentou “ofuscar” o 25 de Abril de 1974. Para estas mulheres a liberdade de Abril é “séria” e “digna”, não devendo ser festejada com o ato sexual da jovem.

A revolta que Gisela vive nas ruas de Lisboa no 25 de Abril é emancipatória, política e sexualmente. Representa o fim dos interditos de um regime paternalista e autoritário (o Estado Novo), e o início da sua autonomia moral e sexual face à tutela conservadora parental (sobretudo materna). Em Gisela, entrecruzam-se sexo e política, público e privado, como aliás em muitos movimentos juvenis e de contracultura dos anos 1960. Nos EUA, em 1968, num cartaz com a fotografia de Joan Baez e suas irmãs, afirma-se que as raparigas dizem “sim” a fazer amor com os rapazes que dizem “não” ao alistamento militar e à guerra do Vietname. A oposição, a resistência e a revolta são sexualmente apelativas, sensuais, eróticas. A transgressão política é erótica. Também Gisela dirá “sim” ao rapaz que foi preso por se opor ao regime ditatorial, promotor de uma guerra que durou 13 anos. E dirá “sim” na noite em que se celebra a vitória do “não”, a vitória de quem resistiu. O exercício da liberdade sexual emerge do/no exercício pleno da liberdade política.

4. Virgindade, “amor livre” e educação sexual

O valor-virgindade é a problemática central do caso *Gisela*. “Tabu”, “mito”, “conceito do século passado”, barómetro da dignidade feminina que é preciso abandonar, eis algumas das caracterizações da virgindade, na perspectiva de leitoras mais liberais. Consideram que a sexualidade antes do casamento é um direito tanto masculino como feminino e afirmam que em realidade poucas mulheres se casavam virgens no Portugal de meados de 1970. Segundo Pais (*in press*), para as gerações nascidas nos anos 1940 e 1950, a virgindade tinha sido sacralizada como uma espécie de capital simbólico da reputação, cabendo por isso à geração nascida nos anos 1960 e 1970 reclamar o direito a experiências pessoais e ao prazer sexual.

Citado por Vilar (2003: 163), Coontz afirma que o primeiro componente da dita “revolução sexual” dos anos 1960/70 foi o crescimento de uma cultura de solteiros, que propõe a aceitação de atividade sexual pré-conjugal. Vejamos dois estudos em que o tema da virgindade é analisado em Portugal: o primeiro remonta a

meados de 1960 e a um contexto juvenil universitário; o segundo realiza-se no ano da Revolução de Abril, e num contexto geral da população.

Entre 1964 e 1965, a Juventude Universitária Católica (JUC) promove o II Inquérito à população universitária, incluindo o tema da sexualidade entre as questões formuladas, nomeadamente o item do sexo pré-conjugal.

(..) a virgindade é tida como importante para a felicidade do casamento por uma ampla maioria dos inquiridos (77% nos rapazes e 83,4% nas raparigas), situando-se em perto de 90% a percentagem de raparigas universitárias que encaram como “repreensível” ou “perigosa” a actividade sexual antes do casamento. Por sua vez, a maioria dos rapazes (63,6%) consideram o sexo pré-matrimonial, para si próprios, um comportamento “sem gravidade” ou “por vezes útil”, ainda que apenas 26,2% o entendam da mesma forma para as raparigas (Cardina, 2008b).

Apenas uma minoria das jovens universitárias inquiridas entende a sexualidade pré-conjugal livre de prejuízos. À época, os prejuízos morais eram agravados pelos concepçãoais, pois embora a pílula fosse já comercializada no nosso país desde 1962, a prescrição médica obedecia a finalidades terapêuticas.

Logo após o 25 de Abril de 1974, o *Expresso* publica^{xi} uma sondagem da sua iniciativa, realizada pela Serte junto de 786 indivíduos com idades entre os 18 e os 65 anos, residentes na Grande Lisboa, Grande Porto e em outros centros urbanos (Baixa da Banheira, Bela, Castelo Branco, Elvas, Espinho, Olhão, Peniche e S. João da Madeira). «A posição global detectada na sondagem revela a permanência entre a população inquirida de princípios marcadamente conservadores» (*Expresso*, 25.05.1975, p. 19) e o título escolhido para o artigo é: “Virgindade até ao casamento é símbolo da mulher portuguesa – pensa (ainda) a população urbana nacional”.

(...) os que defendem essa situação [de virgindade da mulher] até ao casamento assumem maior peso entre as próprias mulheres (75%), nos grupos etários mais idosos (88%), nos indivíduos casados (73%) e na classe de menor nível sócio-económico (83%)”. (...) Concordam que a virgindade, até ao casamento, é símbolo da mulher portuguesa 76% dos entrevistados (*Expresso*, 1974, 73, p. 19)

Uma das leitoras que se pronuncia sobre a polémica da perda de virgindade de Gisela, salienta que pudor e preconceito há muito entraram em crise na sociedade portuguesa do Litoral, onde se veriam miúdas de 15 anos (e mais novas) a fazer amor nas praias – note-se que o número de visitantes estrangeiros ao nosso país aumenta entre 1959 e 1973, de 295.942 para 4.079.712 (Cardina, 2008a, 92).

O termo “puro” surge no *Dossier Gisela* associado à sexualidade, tanto entre as leitoras tendencialmente liberais como entre as mais conservadoras. Para as segundas, a pureza passa pela abstinência e pudicícia sexual. Para as mulheres mais vanguardistas, é pura a sexualidade que se vive naturalmente, de forma translúcida, informada, sem obscurantismos, passível de ser falada na esfera privada e pública.

A expressão “fazer amor” é recorrente no caso *Gisela*. Denota uma visão tendencialmente permissiva da sexualidade, muito embora com frequência as leitoras a refiram de forma incompleta, subentendida: dizem do [fazer] “amor” que é natural, que é belo, uma responsabilidade maravilhosa, que não é algo a esconder. Que o [fazer] “amor” – com amor – nada tem de maldade, podendo ser fonte de alegria.

Num artigo publicado em 1985, a propósito de um Inquérito sobre os Valores e Atitudes dos Jovens Portugueses (15-24 anos) levado a cabo pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Pais (1985, 352) sublinha que num número «devastadoramente» grande de casos, a expressão ‘fazer amor’ aparece como a «metáfora contemporânea de ‘ter relações sexuais’?», e questiona-se se os jovens da época fazem amor ou têm simplesmente relações sexuais. Uma década antes, em 1975, quando Gisela traz a sexualidade pré-conjugal para a discussão, “fazer amor” parece equivaler a uma tendência liberalizante da sexualidade, que vê na afetividade e na emoção amorosa o argumento legitimador do prazer sexual. Tudo indica que ter simplesmente relações sexuais em 1975 não era ainda muito defensável no que toca à vivência da intimidade feminina.

No *Dossier Gisela*, mesmo as perspetivas mais liberalizantes estão longe do conceito de “amor livre” da

cultura *hippie* nos anos 1960/70 nos EUA, dessa sexualidade sem expectativa de relacionamento e compromisso (Hawkes, 2004), orientada apenas para o prazer sexual imediato. Para as leitoras mais vanguardistas, Gisela fez “amor livre” e isso está certo – sim! – mas o que está em causa é um amor que precede e justifica a sexualidade. Nestes comentários mais liberais, “amor livre” é amor com sexo, monogâmico, praticado por homens e mulheres, numa lógica de ponderação e responsabilidade. O sexo sem amor – esse – não tem justificação, e não é defendido. Nos antípodas desta retórica mais liberal das leitoras, estão os argumentos tendencialmente conservadores, que acreditam que o “amor livre” – que não foi criado por Deus – não é amor e não convém à natureza psíquica da mulher.

Segundo Seidman (1991, 155), nos EUA de meados dos anos 1970 afirma-se uma cultura da intimidade que edifica o sexo como um lugar de amor e romance, como um meio de prazer e autoexpressão. É neste quadro ideológico da intimidade afetivo-sexual que se manifestam Gisela e as leitoras mais liberais do Dossier.

O tema da educação sexual tem também significativa expressividade no caso da adolescente que fez amor na noite do 25 de Abril. Numa perspetiva tendencialmente liberal pensa-se que a sexualidade pode e deve ser esclarecida, aprendida, melhorada. As crianças e os jovens seriam os seus principais beneficiários, cabendo aos pais dar conhecimento dos problemas da sexualidade aos filhos (em especial a mãe), mas o esclarecimento convém a outras faixas etárias, particularmente ao homem e à mulher casados. Esta perspetiva é recorrente a partir de 1974 em cartas de leitoras na secção da *M&B* intitulada *Correio do Coração*, que é gerida por Camila (pseudónimo da jornalista Susana Ruth Vasquez).

Amo muito o meu marido e ele também me ama, mas não nos entendemos fisicamente. Acha que isso pode diminuir ou arrefecer o nosso amor? Já pensei em consultar um médico, uma vez que se fala tanto nas revistas estrangeiras desse assunto. Mas serão coisas que se aprendam? O que acha que devo fazer? (excerto de carta de leitora, *Correio do Coração*, *M&B*, 1974, 3243).

Visões tendencialmente mais conservadoras defendem que a informação sexual deve restringir-se aos manuais de medicina. Tudo o resto – toda a “propaganda” a novos valores sexuais que surge em revistas, cinema, música e literatura – é prejudicial.

O caso Gisela é exemplar de um processo de destabuização da intimidade afetivo-sexual na transição da ditadura para a democracia em Portugal. Graças à narrativa autobiográfica da adolescente e aos comentários de muitas leitoras da *M&B*, o tema da sexualidade juvenil pré-conjugal quebra uma barreira de invisibilidade, e a intimidade afirma-se “um terreno de construção individual” (Vilar, 2003, 160).

Individualização e diversificação parecem ser, segundo Bozon (2005), as duas palavras-chave na compreensão do que mudou nas últimas décadas no contexto social da sexualidade. A regulação da sexualidade por princípios absolutos decaiu. Os controlos e disciplinas externas aos indivíduos (nomeadamente a vigilância parental da sexualidade juvenil) foram substituídos por controlos e disciplinas internas (Bozon, 2005). Este processo de «*individualização* dos comportamentos e dos ideais» desenvolve-se paralelamente a outras evoluções da sociedade e da família, nomeadamente à massificação da educação e ao forte crescimento das mulheres no mercado de trabalho (Bozon 2005, 123). O *Dossier Gisela* reflete de forma muito clarividente a afirmação desta tendência. A intimidade afasta-se de uma vivência de natureza universal e constitui-se um terreno de individualidade, de construção da identidade particular (Daoust, 2005).

À semelhança do que Giddens (2001, 21-22) defende, a sexualidade torna-se um elemento maleável do *self*, projeto reflexivo contínuo que relaciona o passado, o presente e o futuro de cada indivíduo. O indivíduo «vê-se envolvido num “dilema do *self*”, ou seja, nas diferentes experimentações do real, do *self* por relação aos outros e ao mundo», oscilando entre o «sentimento de unidade» e de «fragmentação» (Daoust, 2005: 169-170). Neste mapa de ‘conflito’ entre a unidade e a fragmentação, entre o indivíduo e o mundo, vale a pena olhar para a propostas de *cidadania da intimidade* de Ken Plummer. A sua perspetiva é a de que na nossa contemporaneidade as transformações socio-culturais estão a desgastar a divisão entre público e privado, criando possibilidades para formas de vida íntima públicas, plurais e democráticas (Reynolds, 2010, 33). Hoje em dia, os indivíduos questionam-se sobre como querem viver, como querem lidar com o próprio corpo, como querem relacionar-se enquanto seres do seu género, como querem desenvolver-se como pessoas eróticas (Plummer, 2001, 4). Gisela é protagonista de um desejo de aproximação dessa construção identitária

centrada na sexualidade, dessa «cidadania da intimidade» (Plummer, 2001) que se mantém ainda hoje em processo contínuo de afirmação, alargamento e consolidação.

Gisela toma a sua emancipação sexual em mãos, afirma o direito a viver a sua intimidade afetivo-sexual como bem entender, protagonizando a importância de ser verdadeira consigo mesma (Daoust, 2005, 165). Com a adolescente que fez amor na noite do 25 de Abril, a sexualidade é alvo de um processo de visibilidade, verbalização, politização, individualização, diversificação e democratização.

Referências bibliográficas

Bebiano, Rui (2003). *O Poder da Imaginação – Juventude, Rebelia e Resistência nos anos 60*. Coimbra: Angelus Novus.

Bozon, Michel (2005). *Sociologie de la Sexualité*. Paris: Armand Colin.

Caetano, Marcello (1967). Juventude de Hoje, Juventude de Sempre, Separata da Revista *Rumo*, Lisboa, 126, 5-21.

Cardina, Miguel (2008a). *A Tradição da Contestação*. Coimbra: Angelus Novos.

Cardina, Miguel (2008b). *Olhares sobre uma ausência: o movimento estudantil no Estado Novo e o feminismo*. Recuperado em 4 de Junho, 2014, de <http://caminhosdamemoria.wordpress.com>.

Daoust, Valérie (2005). *De la Sexualité en Démocratie : L'individu libre et ses espaces identitaires*. Paris: Press Universitaires de France.

Foucault, Michel (1994 [1976]). *História da Sexualidade I – A Vontade de Saber*. Lisboa: Relógio d'Água.

Giddens, Anthony (2001). *Transformações da Intimidade, Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*. Oeiras: Celta Editora.

Hawkes, Gail (2004). *Sex & Pleasure in Western Culture*. Cambridge: Polity.

Herzog, Dagmar (2005). *Sex After Fascism*. New Jersey: Princeton University Press.

Herzog, Dagmar (2006). Sexuality in the Postwar West, *The Journal of Modern History*, 78, 144-171.

Jaspard, Maryse (1997). *La Sexualité en France*. Paris: Éditions La Découverte.

Pacheco, José (2000). *O Sexo Por Cá*. Lisboa: Livros Horizonte.

Pais, José Machado (1985). Família, sexualidade e religião, *Análise Social*, 21, 345-389.

Pais, José Machado (2011). Mothers, whores and spells: Tradition and change in Portuguese sexuality, *Ethnography*, 12, 445-465.

Pais, José Machado (*in press*). Mapping Leisure and Life through the Ages in Portugal: Leisure and sexuality, mirror play. *Mapping Leisure and Life through the Ages*. Dehli: Sage.

Plummer, Kenneth (2001). The Square of Intimate Citizenship Some Preliminary Proposals, *Citizenship Studies*, 5, 6, 237-255.

Policarpo, Verónica (2011). Sexualidades em Construção, entre o privado e o público. In Ana Nunes de Almeida (coord.), *História da Vida Privada em Portugal (Os Nossos Dias)*, (pp. 48-79). Lisboa: Círculo de Leitores.

Reynolds, Paul (2010). Disentangling privacy and intimacy: Intimate citizenship, private boundaries and public transgressions, *Human Affairs*, 20, 34-42.

Seidman, Steve (1991). *Romantic Longings – Love in America, 1830-1980*. New York: Routledge.

Tavares, Manuela (2000). *Movimentos de Mulheres em Portugal – Décadas de 70 e 80*. Lisboa: Livros Horizonte.

Vaz, Júlio Machado (1987). Formação em Sexologia. In Francisco Allen Gomes, Afonso Albuquerque, J. Silveira Nunes (coord.), *Sexologia em Portugal – Sexualidade e Cultura*, (pp. 180-190). Lisboa: Texto Editora.

Vilar, Duarte (2003). Questões actuais sobre a educação sexual num contexto de mudança. In Lígia Fonseca, Catarina Soares, Júlio Machado Vaz (coord.), *A Sexologia - Perspectiva Multidisciplinar II*. Coimbra: Quarteto.

ⁱ Entrevista cedida em Dezembro de 2013.

ⁱⁱ “O problema sexual e o problema religioso”, assinado pela estudante Rita Dias (*M&B*, 1975, 3317); “O amor não se idealiza”, assinado por Lídia Cruz Oliveira (*M&B*, 1976, 3343); “Fazer amor? Que fazer do amor?” assinado por Margarida de Belo Redondo (*M&B*, 1976, 3333)

ⁱⁱⁱ Para a análise de conteúdo quantitativa foram escrutinados os seguintes anos: 1968, 1973, 1974, 1975, 1976 e 1978.

^{iv} *Expresso*, edição nº 6, de 10.02.1973.

^v *Expresso*, edição nº 7, de 17.02.1973.

^{vi} *Expresso*, edição nº 8, de 24.02.1973.

^{vii} *Expresso*, edição nº 8, de 24.02.1973.

^{viii} *Expresso*, edição nº 11, de 17.03.1973.

^{ix} As publicações semanais (*Expresso*, *Crónica Feminina* e *Modas & Bordados*) foram escrutinadas a 100% e o *Diário de Lisboa* (de periodicidade diária) foi analisado em 10%.

^x Para facilitar a análise evolutiva, agrupámos os seis anos analisados (1968, 73, 74, 75, 76, 78) em três períodos: Até 24 de Abril de 1974; De 25 de Abril até final de 1974; De 1975 em diante.

^{xi} Edição de 25 de maio de 1974.